



A Arquitetura dos Sentidos no Texto: Uma Abordagem Descritiva da Modalização no Ensino de Língua Portuguesa

The Architecture of Meaning in Text: A Descriptive Approach to Modality in Portuguese Language Teaching

Daiane Karla Correia Jodar

UNESPAR- Campus Paranavaí

Resumo: Este estudo tem como objetivo discutir a modalização como eixo formador da competência discursiva no ensino de Língua Portuguesa, a partir da compreensão de que a linguagem se constitui como uma prática essencialmente argumentativa e marcada pela presença do sujeito da enunciação. Fundamentado em contribuições da Linguística Funcional e da Análise do Discurso, o estudo analisa a modalidade como a relação estabelecida entre o enunciador, o enunciado e a realidade, evidenciando a inexistência de enunciados linguisticamente neutros. Nesse contexto, são discutidas, de forma teórica, as modalidades epistêmica e deontica, destacando-se seus modos de funcionamento, seus âmbitos de incidência e seus efeitos na construção dos sentidos e da argumentação. O trabalho aborda ainda a lexicalização das modalidades, evidenciando a diversidade de recursos linguísticos responsáveis pela manifestação da modalização, tais como verbos, advérbios, adjetivos, substantivos e categorias gramaticais. Por fim, discute-se a relevância pedagógica da modalização no ensino de Língua Portuguesa, ressaltando sua contribuição para o desenvolvimento da leitura crítica, da produção textual consciente e da formação de sujeitos discursivos capazes de posicionar-se de forma ética e reflexiva nos diferentes contextos de uso da língua. Conclui-se que o ensino sistemático da modalização favorece a compreensão da língua em funcionamento e amplia a competência discursiva dos estudantes.

Palavras-chave: modalização; funcionalismo linguístico; ensino de língua portuguesa.

Abstract: This study aims to discuss modalization as a formative axis of discursive competence in the teaching of Portuguese, based on the understanding that language constitutes an essentially argumentative practice marked by the presence of the enunciating subject. Grounded in contributions from Functional Linguistics and Discourse Analysis, the study examines modality as the relationship established between the enunciator, the utterance, and reality, emphasizing the absence of linguistically neutral statements. In this framework, epistemic and deontic modalities are theoretically analyzed, highlighting their modes of operation, scope of incidence, and effects on meaning construction and argumentation. The article also addresses the lexicalization of modalities, pointing out the variety of linguistic resources through which modalization is expressed, such as verbs, adverbs, adjectives, nouns, and grammatical categories. Finally, the pedagogical relevance of modalization in Portuguese language teaching is discussed, underscoring its contribution to critical reading, conscious text production, and the formation of discursive subjects capable of adopting ethical and reflective positions in different contexts of language use. It is concluded that a systematic approach to modalization enhances the understanding of language in use and strengthens students' discursive competence.

Keywords: modalization; linguistic functionalism; portuguese language teaching.

INTRODUÇÃO

Ao interagir por meio da linguagem, os sujeitos sempre mobilizam intenções específicas, orientadas por objetivos a serem alcançados. Nessas interações, buscam-se estabelecer relações, produzir determinados efeitos de sentido e influenciar comportamentos, de modo que o uso da língua se configura como uma forma de ação sobre o outro, visando provocar respostas e reações esperadas. Nessa perspectiva, a linguagem assume um caráter intrinsecamente argumentativo.

Todas as línguas dispõem, em sua estrutura gramatical, de mecanismos que sinalizam a orientação argumentativa dos enunciados, uma vez que a argumentatividade se encontra inscrita no próprio sistema linguístico. Tais mecanismos são comumente denominados marcas linguísticas de enunciação ou de argumentação. Em outros termos, esses elementos também recebem a designação de modalizadores, pois têm como função indicar a maneira pela qual o conteúdo enunciado é apresentado, isto é, o modo como o dizer se realiza (Koch, 2001).

De acordo com Pauliukonis (2003), a língua oferece aos falantes um conjunto de recursos capazes de delimitar os sentidos do discurso e as condições de seu uso. A análise dos processos de modalização possibilita identificar o posicionamento assumido pelo enunciador na construção do enunciado, bem como sua intervenção avaliativa em relação ao conteúdo veiculado. Esses recursos, denominados genericamente de *modus* ou recursos de modalização, podem incidir tanto sobre o conteúdo do enunciado, aquilo que é dito, quanto sobre a forma particular como o sujeito se posiciona diante de seu próprio discurso, ou seja, o modo de dizer.

Partindo da compreensão de que a linguagem se constitui como uma prática fundamentalmente argumentativa e atravessada pela presença do sujeito da enunciação, torna-se indispensável aprofundar a investigação dos mecanismos linguísticos responsáveis pela orientação dos sentidos. Entre esses mecanismos, destaca-se a modalização, uma vez que permite ao falante manifestar seu posicionamento em relação ao enunciado e ao interlocutor, evidenciando graus de certeza, avaliação e comprometimento discursivo.

Desse modo, para compreender o funcionamento desses recursos no discurso, faz-se necessária uma fundamentação teórica que esclareça o conceito de modalidade e suas implicações para a análise linguística. A discussão teórica que se desenvolve a seguir apoia-se em contribuições da Linguística Funcional e da Análise do Discurso, as quais possibilitam compreender a modalização como uma categoria central para a descrição da língua em uso. A partir desse referencial, buscam-se delinear os principais conceitos associados à modalidade e as diferentes abordagens teóricas que a investigam, estabelecendo um diálogo entre autores que reconhecem a inexistência de enunciados linguisticamente neutros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se compreender a modalidade como a relação estabelecida entre o enunciador, o enunciado e a realidade objetiva que o circunda, torna-se possível afirmar que não existem enunciados desprovidos de modalização. Nessa perspectiva, Neves (2006, p. 152) observa que “não se pode conceber que o falante deixe de marcar de algum modo seu enunciado”, o que evidencia a presença inevitável de uma atitude modal em qualquer produção discursiva. A autora acrescenta ainda que a interpretação semântica de um enunciado deve estar associada à compreensão dessa atitude modal, a qual, quando explicitada, pode ser exemplificada por expressões do tipo “o emissor afirma que”.

Historicamente, o termo modalidade foi inicialmente concebido a partir de sua aproximação com categorias da lógica clássica, como “possível”, “real” e “necessário”. Nesse enquadramento, o “real” era compreendido como um caso de “modalidade zero”. Neves (2006) apresenta também a posição de Katny (1993), segundo a qual o modo indicativo deveria ser considerado não marcado do ponto de vista modal, uma vez que corresponderia a uma simples descrição da realidade. Em contrapartida, Lang (1988, *apud* Wald, 1993) sustenta que as proposições jamais são proferidas de maneira neutra, pois estão sempre sob a incidência de algum operador modal, rejeitando, assim, a existência de uma modalidade neutra. Essa mesma posição é defendida por autores como Culioli (*apud* Vignaux, 1988) e Kiefer (1987).

Por outro lado, Cervoni (1989) e Pulillo (*apud* Dall'Aglio-Hattner, 1995) destacam que o campo das modalidades se caracteriza por uma complexidade significativa e por dificuldades de delimitação conceitual, o que torna sua apreensão particularmente desafiadora. Essa complexidade contribui para que a modalização seja amplamente investigada por estudiosos de diferentes áreas, tanto da lógica quanto da linguística.

Segundo Quirk (1985), a modalidade refere-se à forma pela qual o significado de uma sentença é qualificado, refletindo o julgamento do falante quanto à probabilidade de veracidade da proposição expressa. Em uma abordagem que articula perspectivas filosóficas, linguísticas, pragmáticas, enunciativas e psicológicas, Saint-Pierre (1992, p. 1), define a modalidade como uma operação pela qual o enunciador assume um determinado conteúdo de pensamento, manifestando, por meio do *modus*, a atitude que adota em relação a esse conteúdo.

Em termos mais simplificados, Maingueneau (1990, p. 8), conceitua a modalidade como a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e o enunciado produzido. Nessa mesma direção, Charaudeau (1990), afirma que a modalização constitui o sustentáculo da enunciação, pois permite explicitar as posições assumidas pelo sujeito falante em relação a si mesmo, ao interlocutor e aos objetivos de seu dizer.

Desse modo, a modalidade exerce a função de orientar o interlocutor quanto ao ponto de vista do locutor, que pode apresentar seu discurso como incontestável,

provável ou duvidoso, a depender dos recursos modalizadores empregados e do nível estrutural do enunciado em que esses recursos se manifestam. Sob uma perspectiva funcionalista, a modalização epistêmica pode incidir sobre diferentes camadas da estrutura frasal, conforme propõe Hengeveld (1989).

De acordo com a análise funcionalista, as expressões linguísticas são examinadas no âmbito da predicação, entendida como a relação estabelecida entre um predicado e seu sujeito. O predicado, ao designar propriedades ou relações, aplica-se a determinados termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que representa um estado de coisas, ou seja, uma codificação linguística — e possivelmente cognitiva — da situação realizada pelo falante (Neves, 1998, p. 70). Essa predicação constitui o conteúdo proposicional, que corresponde ao fato, passível de ser concebido e expresso de múltiplas formas, suscitando atitudes como admiração, dúvida ou certeza.

Quando esse conteúdo proposicional, que simboliza um fato possível, é revestido de força ilocucionária, configura-se a cláusula, entendida como a realização de um ato de fala. Assim, a investigação da modalidade, sob um enfoque funcionalista, considera que apenas uma representação da estrutura da frase em camadas possibilita um tratamento adequado dessa categoria, conforme defende Hengeveld (1989).

Nesse sentido, Pauliukonis (2003) afirma que a língua disponibiliza aos falantes um conjunto de recursos capazes de delimitar os sentidos do discurso e as condições de seu uso. A análise dos processos de modalização permite identificar o posicionamento do enunciador na construção do enunciado, bem como sua intervenção avaliativa sobre o conteúdo da mensagem. Tais recursos, denominados genericamente de *modus* ou recursos de modalização, podem incidir tanto sobre o conteúdo enunciado — o dito — quanto sobre a forma particular como o sujeito se posiciona frente ao discurso — o modo de dizer.

No que se refere ao posicionamento do sujeito enunciador, Freitas (2007), destaca que a atitude assumida diante do que é dito ou da maneira de dizer possibilita diferentes graus de engajamento ou distanciamento em relação ao conteúdo afirmado. Segundo a autora, as estratégias que permitem verificar o compromisso assumido pelo falante em uma enunciação evidenciam o papel da subjetividade na construção do discurso. As marcas dessa subjetividade manifestam-se por meio de elementos linguísticos que indicam maior ou menor comprometimento do enunciador com o conteúdo enunciado, revelando, de forma recorrente, sua posição avaliativa diante do que expressa.

Uma vez compreendida a modalidade como a relação entre o sujeito da enunciação e o conteúdo enunciado, torna-se necessário distinguir os diferentes tipos de modalidade presentes nos discursos. Entre essas possibilidades, a modalidade epistêmica assume papel central, pois se vincula diretamente ao eixo do conhecimento, expressando a avaliação que o falante realiza acerca da veracidade ou da probabilidade do conteúdo proposicional.

Desse modo, ao focalizar a modalidade epistêmica, este trabalho volta-se para as estratégias linguísticas por meio das quais o enunciador manifesta certeza,

dúvida ou possibilidade, explicitando seu grau de comprometimento com o que é dito. A análise desse tipo de modalidade permite compreender como o discurso se estrutura em termos de credibilidade e autoridade enunciativa, elementos fundamentais para a construção da argumentação.

Modalidade Epistêmica e Modalidade Deontica: Caracterização Teórica

A modalidade, compreendida como a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e o conteúdo do enunciado, manifesta-se de diferentes formas no discurso, conforme o tipo de atitude que o enunciador assume diante do que é dito. Entre essas formas, destacam-se a modalidade epistêmica e a modalidade deontica, ambas fundamentais para a compreensão do funcionamento argumentativo da língua, conforme apontam estudos de base funcionalista e enunciativa.

Modalidade Epistêmica

A modalidade epistêmica situa-se no eixo do conhecimento e refere-se à avaliação que o falante realiza acerca da veracidade, da possibilidade ou da probabilidade do conteúdo proposicional do enunciado. Segundo Neves (1996; 2006), trata-se de uma modalidade que expressa o grau de comprometimento do enunciador com a verdade do que é afirmado, podendo variar desde a certeza absoluta até a dúvida ou a quase impossibilidade. Dessa forma, a modalidade epistêmica evidencia como o falante se posiciona cognitivamente diante do fato enunciado.

De acordo com Quirk (1985), a modalidade epistêmica qualifica o significado da frase ao refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de a proposição ser verdadeira. Essa avaliação pode ser explicitada por meio de diferentes recursos linguísticos, como verbos de opinião e crença (achar, acreditar), advérbios (possivelmente, certamente), locuções modalizadoras (é provável que, talvez), entre outros. Tais recursos permitem ao enunciador construir um discurso mais ou menos assertivo, orientando o interlocutor quanto ao grau de confiabilidade da informação apresentada.

Neves (1996) observa ainda que a modalidade epistêmica pode manifestar-se de forma subjetiva ou objetiva. Na modalidade epistêmica subjetiva, o falante assume explicitamente a responsabilidade pela avaliação expressa, marcando sua posição pessoal em relação ao conteúdo do enunciado. Já na modalidade epistêmica objetiva, o enunciador procura distanciar-se da avaliação, apresentando-a como decorrente de conhecimentos gerais, fatos observáveis ou fontes externas, o que contribui para a construção de um efeito de imparcialidade discursiva.

Sob a perspectiva funcionalista, Hengeveld (1989) ressalta que a modalidade epistêmica pode incidir sobre diferentes camadas da estrutura frasal, afetando desde o conteúdo proposicional até a cláusula como um todo. Essa característica evidencia que a modalização epistêmica não se restringe a um único nível da língua, mas atravessa a organização do enunciado, influenciando diretamente sua interpretação semântica e pragmática.

Modalidade Deôntica

A modalidade deôntica, por sua vez, distingue-se da epistêmica por não estar relacionada ao eixo do conhecimento, mas ao domínio das normas, das obrigações, das permissões e das proibições que regulam as ações dos sujeitos no mundo social. Conforme afirma Neves (1996), a modalidade deôntica não expressa uma avaliação do falante sobre a verdade da proposição, mas incide sobre a ação, indicando aquilo que deve, pode ou não pode ser feito.

Nesse sentido, a modalidade deôntica está diretamente associada a valores sociais, institucionais e morais, funcionando como um importante mecanismo de regulação do comportamento. Almeida (1980) classifica a obrigação expressa pela modalidade deôntica em dois tipos: a obrigação moral ou interna, que decorre da consciência do sujeito, e a obrigação material ou externa, imposta por normas, regras ou circunstâncias externas ao indivíduo.

Neves (1996) destaca ainda que a modalidade deôntica pode ser expressa por diferentes verbos modais, como dever, poder e ter que, os quais apresentam significados que frequentemente se interseccionam. Essa sobreposição semântica reforça a complexidade da categoria e exige uma análise cuidadosa do contexto discursivo para a correta interpretação do valor modal do enunciado.

Do ponto de vista funcionalista, a modalidade deôntica não opera no nível da proposição, mas incide sobre a cláusula enquanto ato de fala, conforme a distinção proposta por Neves (1998). Isso significa que, diferentemente da modalidade epistêmica, a deôntica está diretamente vinculada à intenção comunicativa do falante e à orientação do enunciado para a ação, funcionando como um instrumento de direcionamento do comportamento do interlocutor.

Além disso, Neves (1996) observa que a modalidade deôntica pode coexistir com a modalidade epistêmica em um mesmo enunciado. Contudo, quando ambas ocorrem simultaneamente, não possuem o mesmo âmbito de incidência: a modalidade epistêmica pode afetar a interpretação da modalidade deôntica, ao relativizar ou reforçar a obrigação expressa, enquanto o inverso não ocorre. Essa assimetria evidencia a hierarquia funcional entre as modalidades e reforça a necessidade de analisá-las de forma integrada.

Dessa forma, tanto a modalidade epistêmica quanto a modalidade deôntica constituem recursos essenciais para a construção do sentido e da argumentação no discurso. Enquanto a modalidade epistêmica revela o posicionamento cognitivo do enunciatador diante do conteúdo enunciado, a modalidade deôntica expressa valores normativos que orientam as ações dos sujeitos. A compreensão dessas modalidades, à luz dos autores mencionados, contribui significativamente para a análise linguística e para o ensino de Língua Portuguesa, ao evidenciar que a língua é um espaço de negociação de sentidos, de posições e de práticas sociais.

Dessa forma, a discussão acerca da lexicalização das modalidades possibilita identificar os diferentes elementos linguísticos responsáveis pela manifestação da modalização, tais como verbos, advérbios, adjetivos, substantivos e categorias gramaticais. Essa abordagem evidencia que a modalização não se limita a um

único nível da língua, mas perpassa diversas estruturas, reforçando seu caráter multifacetado.

A Lexicalização das Modalidades

De acordo com Neves (1998), as modalidades podem manifestar-se por meio de uma ampla gama de recursos linguísticos, o que evidencia seu caráter transversal no funcionamento da língua. Entre esses recursos, destacam-se o uso de verbos auxiliares modais, como *dever*, *poder* e *ter que*; de verbos de significação plena que indicam opinião, crença ou saber, a exemplo de *achar*, *acreditar* e *saber*; de advérbios modalizadores, os quais podem, inclusive, associar-se a verbos modais para reforçar ou atenuar o valor do enunciado; de adjetivos em posição predicativa, responsáveis por atribuir avaliações ao conteúdo proposicional; bem como de substantivos que condensam julgamentos ou atitudes do enunciador. Além disso, a autora ressalta que as próprias categorias gramaticais do verbo de predicação — tempo, aspecto e modo — também exercem função modalizadora, uma vez que contribuem para a construção do posicionamento do falante em relação ao que é dito.

Na mesma direção, Koch (1997) afirma que as modalidades podem estar lexicalizadas sob diferentes formas na língua, tais como advérbios e locuções adverbiais, verbos auxiliares modais, construções formadas por auxiliar seguido de infinitivo e orações modalizadas. Essa diversidade de realizações linguísticas confirma que a modalização não se restringe a um único elemento gramatical, mas constitui um fenômeno discursivo complexo, que se manifesta de maneira integrada à organização sintático-semântica do enunciado. Para a autora, tais recursos atuam como marcas linguísticas da enunciação, responsáveis por explicitar a presença do sujeito no discurso e por orientar a interpretação do interlocutor.

Ao reconhecer que as modalidades podem ser expressas por uma multiplicidade de mecanismos linguísticos, torna-se imprescindível aprofundar o estudo das expressões modalizadoras enquanto marcas explícitas da subjetividade e da intencionalidade comunicativa do locutor. Essas expressões desempenham papel central na orientação argumentativa do discurso, pois permitem ao enunciador graduar seu grau de comprometimento com o conteúdo enunciado, indicar avaliações, certezas, dúvidas ou obrigações, além de influenciar diretamente os efeitos de sentido produzidos na interação.

Nessa perspectiva, a análise das expressões modalizadoras revela-se fundamental para compreender como o enunciador sinaliza seu nível de engajamento em relação ao conteúdo proposicional, bem como suas atitudes, crenças e julgamentos de valor. Tal abordagem reforça a relevância desses elementos para a interpretação dos textos e para o ensino de Língua Portuguesa, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura crítica e à produção discursiva consciente. Ao dominar os recursos de modalização, o aluno torna-se capaz de reconhecer as posições ideológicas subjacentes aos textos e de construir enunciados mais adequados aos diferentes contextos de uso da língua.

A MODALIZAÇÃO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Sob essa perspectiva, autores como Koch (2015) ressaltam que todo enunciado é atravessado por marcas de subjetividade, ainda que se pretenda neutro, e tais marcas se manifestam, entre outros recursos, por meio de operadores modais. De forma semelhante, Neves (2018) destaca que a modalização permite ao falante posicionar-se em relação ao que diz, evidenciando atitudes epistêmicas, deônticas ou apreciativas, o que confere ao texto maior densidade argumentativa e pragmática. Assim, compreender esses recursos é fundamental para que o aluno reconheça como os sentidos são construídos e negociados nos diferentes gêneros textuais.

No contexto escolar, a ausência de um trabalho sistemático com a modalização pode limitar a capacidade dos estudantes de interpretar textos de maneira crítica, sobretudo aqueles de natureza argumentativa. Conforme aponta Antunes (2009), a leitura eficaz exige que o leitor identifique não apenas o conteúdo informacional, mas também a posição assumida pelo enunciador diante do tema. Nesse sentido, a autora afirma que “a linguagem nunca é neutra; ela sempre revela escolhas e intenções de quem a utiliza” (Antunes, 2009, p. 48), o que reforça a necessidade de abordar os recursos de modalização nas práticas de ensino.

Além disso, a produção textual dos alunos também se beneficia diretamente do domínio desses conceitos, uma vez que a modalização possibilita maior controle dos efeitos de sentido pretendidos. Koch e Elias (2016) argumentam que o uso consciente de marcas modais contribui para a construção da coerência e da progressão argumentativa, permitindo que o produtor do texto module seu grau de comprometimento com o que é dito. Nesse sentido, os autores afirmam que “os operadores modais funcionam como pistas fundamentais para a interpretação do posicionamento do locutor no discurso” (Koch; Elias, 2016, p. 102).

Dessa forma, compreender os conceitos de modalização no ensino de Língua Portuguesa revela-se essencial não apenas para o domínio das estruturas linguísticas, mas, sobretudo, para a formação de leitores e produtores de texto críticos e reflexivos. Ao reconhecer as marcas de subjetividade e posicionamento presentes nos enunciados, o aluno amplia sua capacidade de interpretação, argumentação e participação discursiva, objetivos centrais das práticas de linguagem na educação básica. A partir das discussões teóricas desenvolvidas, evidencia-se que a modalização constitui um componente essencial para a compreensão do funcionamento discursivo da língua. Os conceitos apresentados ao longo da fundamentação teórica oferecem subsídios consistentes para refletir sobre o papel da modalização na construção dos sentidos e no posicionamento dos sujeitos no discurso.

Diante disso, as considerações finais retomam os principais pontos discutidos, articulando-os às contribuições que o estudo da modalização pode oferecer ao ensino de Língua Portuguesa e à concepção da língua como prática social. Busca-se, assim, sintetizar os achados teóricos e apontar caminhos para a reflexão pedagógica e para investigações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da modalização, à luz de uma perspectiva funcionalista da linguagem, evidencia que os enunciados não se constituem como reflexos neutros da realidade, mas como construções discursivas marcadas pela presença ativa do sujeito da enunciação. Ao longo deste trabalho, foi possível demonstrar que tanto a modalidade epistêmica quanto a deontica desempenham papel central na orientação argumentativa dos textos, uma vez que permitem ao enunciador expressar graus de certeza, possibilidade, obrigação ou permissão, revelando seu posicionamento frente ao conteúdo enunciado e ao interlocutor.

No âmbito do ensino de Língua Portuguesa, compreender os mecanismos de modalização revela-se uma contribuição significativa para o desenvolvimento da leitura crítica e da produção textual dos estudantes. Ao reconhecer as marcas linguísticas que sinalizam engajamento, distanciamento, avaliação ou compromisso do locutor, o aluno amplia sua capacidade de interpretar os sentidos implícitos nos textos e de produzir discursos mais conscientes e adequados às situações de uso. Nesse sentido, o trabalho com a modalização favorece a compreensão da língua em funcionamento, superando abordagens exclusivamente normativas e descontextualizadas.

Além disso, ao considerar a língua como prática social, torna-se evidente que o ensino dos recursos modalizadores contribui para a formação de sujeitos discursivos capazes de posicionar-se de maneira ética, crítica e responsável nos diferentes espaços de interação social. A modalização, portanto, não se limita a um conteúdo gramatical, mas configura-se como um instrumento fundamental para a construção de sentidos, para a argumentação e para o exercício da cidadania linguística.

Dessa forma, conclui-se que a abordagem da modalização no ensino de Língua Portuguesa constitui um caminho profícuo para articular teoria linguística, prática pedagógica e uso social da linguagem. Ressalta-se, contudo, que as reflexões aqui apresentadas não esgotam as possibilidades de investigação sobre o tema, abrindo espaço para estudos futuros que aprofundem a relação entre modalização, gêneros discursivos e práticas escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1980.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1990.

CERVONI, Jean. **La modalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marli Quadros Leite. **A modalidade no discurso**. Campinas: Pontes, 1995.

FREITAS, Maria Helena de Moura Neves de. **Modalização e subjetividade**. São Paulo: Contexto, 2007.

HENGEVELD, Kees. Layers and operators in Functional Grammar. **Journal of Linguistics**, Cambridge, v. 25, p. 127–157, 1989.

KATNY, Andrzej. **Modalität und Modus**. Tübingen: Niemeyer, 1993.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation: de la subjectivité dans le langage**. Paris: Armand Colin, 1980.

KIEFER, Ferenc. Modality. In: ASHER, R. (org.). **The encyclopedia of language and linguistics**. Oxford: Pergamon Press, 1987. p. 247–251.

KOCH, Ingedore Villaça. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Argumentação e linguagem**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

LANG, Ewald. **Modality and sentence semantics**. In: VIGNAUX, Georges (org.). **La modalité**. Paris: CNRS, 1988.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português falado IV: desenvolvimentos**. In: KOCH, Ingedore Villaça (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2018.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida. **Modalização**. In: Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. 7, n. 17, 2003. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno07-17.html>. Acesso em: 14 jan. 2026.

QUIRK, Randolph *et al.* **A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.

SAINT-PIERRE, Marie-José. **La modalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

VIGNAUX, Georges (org.). **La modalité**. Paris: CNRS, 1988.

ZAMBELI, Márcia. **Expressões modalizadoras e argumentação**. Campinas: Pontes, 2005.